

**Conglomerado Prudencial do Banco
Confidence de Câmbio S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Diretoria do Grupo Confidence, em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A. relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. O Plano de Negócios definido pela Administração foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Esse Plano de Negócios foi revisado no 2º semestre de 2011 e reapresentado ao Bacen.

A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano versus os resultados atuais. Em 11 de abril de 2013 ocorreu a venda de 49% do Grupo Confidence para a Travelex e em 07 de janeiro de 2015 foi aprovado pelo Bacen a compra dos 51% restantes referente a troca de controle acionário.

São Paulo, 31 de julho de 2015

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Confidence de Câmbio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- (b) Por ser a primeira apresentação de exercício das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.



Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de março de 2015.

São Paulo, 31 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in red ink, appearing to read 'Fernando', written over a horizontal line.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A.

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	Passivo	Nota	2014
Circulante		221.296	Circulante		206.622
Disponibilidades	(4)	177.474	Depósitos em moeda estrangeira	(12)	41.792
			Depósitos em Moeda Estrangeira		41.792
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	1.700	Obrigações por Operações Compromissadas	(13)	20.206
Aplicações No Mercado Aberto		1.700	Obrigações por Operações Compromissadas		20.206
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		25.260	Relações interdependências	(14)	26.919
Carteira Própria	(5a)	20.324	Ordens de Pagamento em Moedas Estrangeiras		26.919
Vinculados à Prestação de Garantias	(5b)	4.936			
Instrumentos financeiros derivativos		45			
Instrumentos financeiros derivativos		45	Instrumentos financeiros derivativos	(15a)	80
Outros créditos		16.681	Instrumentos Financeiros Derivativos		80
Carteira de Câmbio	(6)	13.022	Outras obrigações		117.625
Diversos	(8)	2.636	Carteira de Câmbio	(6)	82.903
Negociação e Intermediação de Valores		1.023	Fiscais e Previdenciárias	(16)	6.205
Outros valores e bens		136	Diversos		
Despesas Antecipadas	(9)	136	Sociais e Estatutárias	(29b)	3.422
Realizável a longo prazo		52.376	Outras Provisões	(29c)	10.405
Outros Créditos		25.803	Cretores Diversos	(17)	14.690
Devedores por Depósito em Garantia	(7)	25.803	Exigível a longo prazo		2.645
			Outras obrigações		2.645
Permanente		26.573	Diversos		
Imobilizado de uso	(10)	11.635	Sociais e Estatutárias	(29b)	2.645
Outras Imobilizações de Uso		24.971	Patrimônio líquido atribuído ao controlador		25.751
(-) Depreciações Acumuladas		(13.336)	Capital social		9.610
Intangível	(11)	14.938	De Domiciliados No País		9.610
Ativos Intangíveis		25.751	Reserva legal		1.588
(-) Amortização Acumulada	(10.813)		Reservas de lucros		14.553
			Participação de não controlador		38.654
Total do ativo		273.672	Total do patrimônio líquido	(19)	64.405
			Total do passivo e patrimônio líquido		273.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A.

Demonstrações do resultado

(Em milhares de Reais, exceto o Lucro líquido do período por ações)

	Nota	2º Semestre 2014	2014
Resultado da intermediação financeira	(22)	111.543	216.909
Resultado de Operações de Câmbio		112.250	214.431
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.979	3.099
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.686)	(621)
Resultado bruto da intermediação financeira		111.543	216.909
Receitas/(despesas) operacionais		(89.957)	(169.925)
Receitas de Prestações de Serviços		1.880	3.408
Despesas de Pessoal	(24)	(31.715)	(61.514)
Despesas Administrativas	(25)	(53.847)	(100.198)
Despesas Tributárias	(29d)	(5.782)	(11.102)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(23)	(493)	(518)
Resultado operacional		21.586	46.985
Resultado não operacional		(34)	(72)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e Participações		21.552	46.913
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26)	(9.108)	(18.657)
Provisão para Imposto de Renda		(5.632)	(11.534)
Provisão para Contribuição Social		(3.476)	(7.123)
Participações nos Lucros e Resultados		(148)	(2.099)
Lucro líquido do semestre/exercício		12.296	26.158
Resultado atribuído para:			
Controlador		7.485	16.708
Não Controlador		4.811	9.450
Quantidade de Ações		27.610.000	27.610.000
Lucro por Ação		0,4454	0,9474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em Milhares de Reais)

	<i>Capital Realizado</i>	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total	Participação de não controlador	Total
Saldos em 31/12/2013	9.610	753	9.389	-	19.752	40.704	60.456
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	16.706	16.706	9.451	26.157
Destinações:							
Reserva Legal	-	835	-	(835)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	15.871	(15.871)	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(10.708)	-	(10.708)	(11.501)	(22.209)
Saldos em 31/12/2014	9.610	1.588	14.552	0,19	25.750	38.654	64.404
Mutações do Exercício	-	835	15.871	0,19	16.706	9.451	26.157
Saldos em 30/06/2014	9.610	1.214	12.950	-	23.774	38.443	62.217
Lucro Líquido do Exercício				7.484	7.484	4.812	12.296
Destinações:							
Reserva Legal	-	374	-	(374)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	7.110	(7.110)	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(5.508)	-	(5.508)	(4.601)	(10.109)
Saldos em 31/12/2014	9.610	1.588	14.552	(0,10)	25.750	38.654	64.404
Mutações do Semestre	-	374	7.110	(0,10)	7.484	4.812	12.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Confidence de Câmbio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em Milhares de Reais)

Discriminação	2º Semestre 2014	2014
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Semestre	12.296	26.158
Depreciação e amortização	4.669	9.025
Variações nos ativos e passivos		
Ativo		
(Aumento)/Redução em Carteira de Câmbio	(12.810)	24.080
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.655)	(2.254)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(3.200)	(4.247)
(Aumento)/Redução em Negociação de Intermediação de Valores	(1.023)	(759)
Aumento/(Redução) em Depósitos em Moeda Estrangeira no país	(24.594)	(82.210)
Aumento/(Redução) em Operações Compromissadas	10.204	20.206
Aumento/(Redução) em Negociação e Intermediações de Valores	(120)	0
Aumento/(Redução) em Relações Interdependências	16.902	19.110
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	<u>(5.056)</u>	<u>4.348</u>
Disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais	<u>(4.387)</u>	<u>13.456</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.138)	(4.698)
Aquisição de Intangível	(3.592)	(5.284)
Resultado na venda de ativos permanentes	215	260
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos	<u>(6.515)</u>	<u>(9.722)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de Dividendos	(10.110)	(22.209)
Disponibilidades líquidas geradas (utilizadas) nas atividades de financiamentos	<u>(10.110)</u>	<u>(22.209)</u>
Aumento/(Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.012)</u>	<u>(18.474)</u>
Modificações na posição financeira de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do Semestre/Exercício	<u>200.186</u>	<u>197.648</u>
No final do Semestre/Exercício	<u>179.174</u>	<u>179.174</u>
Aumento/(Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(21.012)</u></u>	<u><u>(18.474)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Grupo Confidence “Conglomerado” (composto pelo Banco Confidence de Câmbio S.A. e pela Confidence Corretora de Câmbio S.A.), vem operando no mercado de câmbio desde a constituição da Confidence Corretora de Câmbio S.A. (Corretora) em 31 de janeiro de 2001. A Corretora tem como objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, de acordo com o disposto na regulamentação vigente. O Banco Confidence de Câmbio S.A. (Banco) foi constituído em 5 de novembro de 2009 e o Banco Central do Brasil (Bacen) concedeu autorização para o funcionamento em 26 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 2010. O Banco tem como objeto social a compra e venda de moeda estrangeira; transferência de recursos para o exterior; financiamento de importação e exportação; adiantamento sobre contratos de câmbio; outras operações, inclusive de prestação de serviços, previstas na regulamentação do mercado de câmbio; atuar no mercado financeiro, no país, inclusive em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como em mercados de balcão, para realização de operações, por conta própria, referenciadas em moedas estrangeiras ou vinculadas a operações de câmbio; efetuar depósitos interfinanceiros, observada a regulamentação aplicável; e realizar outras atividades que vierem a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A estratégia do Banco é atuar no atacado de Bank Notes (importação e logística) para venda a corretoras de câmbio, operações com corretoras de câmbio, utilizando as CCMEs (Contas Corrente em Moeda Estrangeira) para operações de Simplex e câmbio pronto para todas as naturezas de financeiro, além de importação e exportação.

O Plano de Negócios definido pela Administração foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), quando da aprovação para a constituição do Banco. Esse Plano de Negócios foi revisado no 2º semestre de 2011 e reapresentado ao Bacen. A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano versus os resultados atuais.

Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% do Grupo Confidence pela Travelex Limited, de Londres, sendo que essa transação foi efetivada em 11 de abril de 2013. A diretoria do Conglomerado aprovou o ingresso da Travelex Limited, no grupo de controle societário do Grupo Confidence, em 14 de março de 2013, conforme decreto oficial publicado no diário oficial da união. E em 07 de janeiro de 2015 ocorreu a aprovação, pelo BACEN, dos 51% restantes referente a troca de controle acionário.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial. O § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701/2014, do BACEN, faculta a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial relativas às datas-bases anteriores a 31 de dezembro de 2014, assim, a administração da Instituição optou pela faculdade prevista e essas demonstrações não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades que possuem o mesmo controlador final, pelo fato de terem a mesma administração ou gerência comum e pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial:

- Banco Confidence de Câmbio S.A
- Confidence Corretora de Câmbio S.A

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 31 de julho de 2015.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração dos resultados

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numerário em custódia junto a empresa especializada, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição de bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, com aplicações em Reais e em Moeda Estrangeira convertida para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração do Conglomerado em três categorias distintas:

- (i) Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores de mercado são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração do Conglomerado.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Operações de câmbio

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período na rubrica “Resultado de Operação de Câmbio”.

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos que, classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, são utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; os instrumentos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (ii).

g. Ativo Permanente

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
- Sistemas de processamento de dados - 20%.

O ativo intangível é registrado pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução no 3.823/09 do CMN, sendo:

- (1) **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- (2) **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração do Conglomerado, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- (3) **Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014 não existem valores reconhecidos nas demonstrações financeiras aplicáveis aos itens (1) e (3).

i. Provisão para imposto de renda/contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, quando houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3355 de 31 de março de 2006 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (a) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- (b) Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2014 não existem créditos tributários ativados.

j. Redução no valor recuperável de ativos (impairment)

Ao final de cada período, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo e o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Não foram identificados indícios de perdas por impairment em 31 de dezembro de 2014.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014
Disponibilidades	177.474
- Caixa	25.339
- Disponibilidade em moeda nacional (1)	2.230
- Disponibilidade em moeda estrangeira (2)	136.871
- Reservas livres (3)	98
- Outras disponibilidades (4)	12.936
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.700
- No mercado aberto - Posição Bancada (5)	1.700
Total	<u>179.174</u>

- (1) Refere-se a moedas em poder de outros bancos nacionais.
- (2) Refere-se a moedas estrangeiras em poder de outros bancos, sendo os principais o Commerz Bank, o Bank of America/NY e em custódia junto a empresa especializada em guarda de valores (“Brinks”).
- (3) Valores em poder do Banco Central do Brasil.
- (4) Valores em custódia junto a empresa especializada em guarda de valores (“Brinks”) (Reais).
- (5) Refere-se a aplicações em operações compromissadas.

5 Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria

Composição por classificação e prazos

Para negociação	31/12/2014		
	De 91 a 360 dias	Acima de 1 ano	Total
Letras Financeiras do Tesouro			
Carteira Própria	4.667	15.657	20.324
Total	4.667	15.657	20.324

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Letras financeiras do Tesouro

Discriminação	Vencimento	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil) (1)
Carteira Própria	07/03/2015	704	4.611	4.602
Carteira Própria	01/09/2018	1085	7.123	7.093
Carteira Própria	07/09/2016	510	3.343	3.334
Carteira Própria	01/03/2019	798	5.234	5.217
Carteira Própria	07/03/2015	10	66	65
Carteira Própria	01/03/2019	2	13	13
Total		3.109	20.390	20.324

- (1) O Valor de Mercado/Contábil dos Títulos e Valores Mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado (divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) na data de fechamento do balanço. Todos os títulos públicos estão registrados na Selic.

b. Vinculados à Prestação de Garantia

Composição por classificação e prazos

Para negociação	31/12/2014		
	De 91 a 360 dias	Acima de 1 ano	Total
Letras Financeiras do Tesouro			
Vinculados à Prestação de Garantia	1.190	3.747	4.936
Total	1.190	3.747	4.936

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Letras Financeiras do Tesouro	Vencimento	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil) (1)
Vinculados à Prestação de Garantia	01/09/2018	360	1.957	2.353
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	2	13	13
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	138	904	902
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	75	491	490
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	180	1.179	1.178
Total		755	4.544	4.936

6 Carteira de câmbio

	31/12/2014
Outros créditos	13.022
- Câmbio comprado a liquidar	8.685
- Direitos sobre vendas de câmbio	4.337
Outras obrigações	(82.903)
- Câmbio vendido a liquidar	(4.518)
- Obrigações por compras de câmbio	(8.618)
- (-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.414
- Obrigações por vendas de Câmbio (1)	(71.181)
Posição líquida de câmbio	(69.881)

(1) Referem-se às operações que estavam aguardando o fechamento do câmbio com liquidação para D+2.

7 Devedores por depósitos em garantia

Refere-se a valores depositados para a Mastercard no montante de R\$ 4.295 e VISA no montante de R\$ 21.508 a título de garantia das operações de intercâmbio dos cartões pré-pagos.

8 Outros créditos - Diversos

Descrição	31/12/2014
Adiantamentos e Antecipações Salariais	201
Impostos e Contribuições a Compensar	186
Depósito Judicial	965
Devedores Diversos - País (1)	1.284
Total	2.636

(1) Refere-se a valores a receber da Visa e Mastercard derivados de comissões de incentivo de venda de cartões destas bandeiras.

9 Outros valores e bens

Descrição	31/12/2014
Seguros Veículos	35
Seguros Loja	23
Propaganda e Publicidade	78
Total	136

10 Imobilizado de uso

a. Composição do imobilizado de uso

	31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Valor Residual
- Instalações, Móveis e Equipamentos	17.245	(8.757)	8.488
- Veículos	2.622	(1.102)	1.520
- Benfeitorias	19	(6)	13
- Sistema de Processamento de Dados	5.085	(3.471)	1.614
Total	24.971	(13.336)	11.635

b. Movimentação do imobilizado de uso no período

	2º Semestre	2014
Saldo inicial	10.434	10.510
Aquisições	3.138	4.698
Alienação (baixas)	(215)	(242)
Depreciação	(1.722)	(3.331)
Saldo final	11.635	11.635

11 Intangível

a. Composição do intangível

	31/12/2014		
	Custo	Amortização	Valor Residual
- Desenvolvimento e Aquisição de Sistemas (1)	3.210	(1.542)	1.668
- Fundo de Comércio	11.198	(5.608)	5.590
- Software	10.647	(3.628)	7.019
- Outros Ativos Intangíveis	696	(35)	661
Total	25.751	(10.813)	14.938

b. Movimentação do intangível no período

	2º Semestre	2014
Saldo inicial	14.293	15.367
Aquisições	3.592	6.080
Transferência	-	(796)
Alienações/(Baixas)	-	(18)
Amortização	(2.947)	(5.695)
	14.938	14.938
Saldo final	14.938	14.938

12 Depósitos em moeda estrangeira

	31/12/2014
SACS Administradora de Cartões S.A.	13.045
Outros Clientes	28.747
	41.792
Total	41.792

13 Obrigações por obrigações compromissadas

	31/12/2014
Obrigações por operações compromissadas (i)	20.206
	20.206
Total	20.206

(i) Referem-se a operações de venda com compromisso de recompra, lastreada em títulos públicos da carteira própria.

14 Relações interdependências

Referem-se à ordens de pagamento em moeda estrangeira de terceiros pendentes de liquidação na data do balanço, liquidadas no mês subsequente no montante de R\$ 26.919.

15 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição das operações de Swap Forex

31/12/2014				
Valor de Mercado (Notional)				
	Posição Ativa	Posição Passiva		Diferencial a (pagar)/receber
GBP	827	USD	826	1
USD	533	USD	530	3
GBP	839	USD	833	6
USD	1.331	JPY	1.316	15
USD	2.931	USD	2.912	20
GBP	4.544	USD	4.551	(7)
NZD	1.646	USD	1.658	(12)
AUD	1.289	USD	1.303	(14)
USD	267	JPY	268	(1)
EUR	9.682	USD	9.727	(45)
USD	623	CAD	624	(1)
	24.515		24.550	(35)
Total	24.515		24.550	(35)

Refere-se a operações com o MIGBANK e são registradas na CETIP S.A Mercados Organizados, precificadas pela variação da moeda em relação a taxa de compra/venda. O resultado de swap em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ (15).

O objetivo da realização dessas operações de derivativos é se proteger em relação a exposição do câmbio de forma a minimizar os riscos em nossas operações.

16 Obrigações fiscais e previdenciárias

Fiscais e Previdenciárias	31/12/2014
Impostos e Contribuição Sobre o Lucro a Pagar	2.104
PIS/COFINS/ISS à Recolher	1.045
IOF - Imposto s/Operações Financeiras	1.412
Impostos e Contribuições Sobre Salários	1.495
Outros	149
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Total	6.205

17 Credores Diversos

Descrição	31/12/2014
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	7.758
Provisão para passivos contingentes	1.573
Seguro Viajante	452
Credores Diversos (2)	1.497
Devolução de Créditos Indevidos	63
Créditos não Identificados (3)	1.018
Obrigações por Operações de Cambio Realizadas (4)	2.329
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Total	14.690

- (1) Refere-se ao saldo de contas de clientes em Reais para a contratação de operações com liquidação de câmbio em D+2.
- (2) Refere-se ao valor de adiantamento da Access Prepaid Worldwide e Money Gram Payment Systems e numerários em trânsito de empresa especializada em guarda e transporte de valores ("Brinks").
- (3) Refere-se aos valores recebidos de clientes, porém pendentes de identificação.
- (4) Refere-se às operações identificadas pendentes de liquidação (operações não concluídas).

18 Outras provisões - Contingências

a. Composição dos passivos contingentes classificados por categoria de risco provável e possível

	31/12/2014	
	Provável	Possível
Contingências trabalhistas	1.330	3.982
Contingências cíveis	136	2.081
Contingências tributárias	107	-
Total	1.573	6.063

b. Movimentação dos passivos contingentes no período

	31/12/2014			
	Trabalhista	Cível	Tributárias	Total
Saldo inicial	811	266	94	1.171
Constituição	828	108	13	949
Reversão	(309)	(238)	-	(547)
Saldo final	1.330	136	107	1.573

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social do Banco é representado por 9.610.000 (novemilhões e seiscentos e dez mil) ações sem valor nominal e o Capital Social da Corretora é representado por 18.000.000 (dezoito milhões) ações sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco constituiu R\$ 374, totalizando R\$ 1.588 de Reserva legal e a Corretora constituiu R\$ 473, totalizando R\$ 2.860 de Reserva legal.

c. Dividendos

O Estatuto Social vigente do Conglomerado prevê a distribuição anual de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado no exercício social após deduzido a constituição sobre a Reserva legal. Adicionalmente, também é previsto a distribuição de dividendos intermediários após aprovação em assembléia.

Em Reunião do Conselho de administração do Banco realizada foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.708 e na Corretora em Reunião realizada foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 11.501.

d. Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros do Conglomerado, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco constituiu R\$ 15.872, totalizando R\$ 14.553 de Reserva de lucros e a Corretora constituiu R\$ 8.978, totalizando R\$ 17.794 de Reserva de lucros.

20 Gerenciamento de riscos e Capital

Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle e planos de ação para a mitigação de riscos operacionais.

A Metodologia de Gestão de Riscos Operacionais e Controles adotada pelo Conglomerado, tem o objetivo de assegurar que:

- A estrutura de controles seja constantemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados aos riscos não controlados e/ou às atividades de controle desnecessárias;
- Os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da instituição sejam compreendidos por todos os funcionários;
- As áreas compreendam o papel, objetivos, funções e responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos, enquanto ferramentas de controle independentes criadas dentro da Instituição; e,
- Os objetivos estratégicos do Conglomerado sejam atendidos.

Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado.

Os principais riscos de mercado, aos quais o Conglomerado está exposto, são:

- **Risco Cambial:** Os riscos em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras, principal foco de negociação do Conglomerado, são apurados de acordo com a Circular 3389 do Bacen.
- **Juros Pré:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de taxas de juros pré-fixados, os cálculos de risco são feitos de acordo com as instruções contidas na Circular 3361 e Carta-Circular 3309 do Bacen.
- **Cupom Cambial:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de moedas, em que há uma parcela de risco pré-fixado em combinação com os riscos decorrentes da variação do preço de moedas, realiza-se o cálculo com base na Circular 3362 do Bacen.

- **Cupom de Inflação:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de inflação são calculados de acordo com a Circular 3363 do Bacen.
- **Cupom de Juros:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de juros são calculados de acordo com a Circular 3364 do Bacen.
- **Risco de Ações:** Os riscos de ativos e passivos constituídos por ações ou instrumentos financeiros derivativos cujo ativo objeto sejam ações, são apurados de acordo com a Circular 3366 do Bacen.
- **Risco de Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os riscos de ativos e passivos constituídos por instrumentos financeiros derivativos, operados no mercado de Futuros da BM&F Bovespa, não são objeto de negociação por parte do Conglomerado, entretanto, se no futuro vier a operar carteira própria em tais derivativos, apurará os riscos aos quais estiver exposto, conforme Carta-Circular 3.498 do Bacen.

Capital

O Banco Confidence de Câmbio S.A., empresa líder do conglomerado financeiro que consolida as operações próprias e da Confidence Corretora de Câmbio, em atendimento ao que foi estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011, bem como normas complementares do Banco Central do Brasil, implantou sua Estrutura de Gerenciamento de Capital, compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos nas operações realizadas pelo grupo, com o propósito de controlar e projetar o Patrimônio de Referência, bem como o Patrimônio de Referência Exigido, num cenário de três anos.

Para operacionalizar tal gerenciamento, adquiriu junto a fornecedor especializado na gestão de riscos e de capital, o sistema Forecapital que permite a importação de balanços e relatórios de limites operacionais, cadastramento de parâmetros econômico-financeiros e do planejamento estratégico, cujo produto final é a projeção de balancetes, balanços, demonstrações do resultado de exercício, demonstrações de fluxos de caixa, demonstrações de limites operacionais para um cenário de trinta e seis meses, permitindo a comparação do que foi projetado com o realizado, tanto de demonstrações financeiras quanto de demonstrações dos limites operacionais, disponibilizando para os responsáveis pelo gerenciamento de capital, relatórios e gráficos que auxiliam na tomada de decisão por parte da diretoria do grupo, inclusive pela análise de cenários de estresse e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos assumidos. As informações estão disponíveis para os responsáveis pelo gerenciamento de capital, diretoria do grupo, auditores internos e externos, bem como para o Banco Central do Brasil.

21 Limites operacionais - Basileia

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia III) do Conglomerado é apurado de forma consolidada e é de 18,4%.

22 Resultado da intermediação financeira

	2º semestre	2014
Resultado de Operação de Câmbio (1)	112.250	214.431
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (2)	1.979	3.099
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	<u>(2.686)</u>	<u>(621)</u>
Total	111.543	216.909

- (1) Refere-se ao resultado auferido nas operações de câmbio, oriundo da variação e diferença de cotação das moedas.
- (2) Refere-se a rendas com títulos públicos (Letras Financeiras do Tesouro) e rendas de aplicações em operações compromissadas.
- (3) Refere-se ao resultado de operações de contratos futuros e swaps.

23 Outras receitas / despesas operacionais

	2º Semestre	2014
Contingências Trabalhistas	(482)	(512)
Contingências Cíveis	(6)	7
Contingências Tributárias	<u>(5)</u>	<u>(13)</u>
Total	(493)	(518)

24 Despesas de pessoal

	2º Semestre	2014
Despesa de Pro Labore	(2.724)	(4.652)
Benefícios	(7.219)	(14.525)
Encargos Sociais	(5.393)	(11.096)
Proventos	(16.101)	(30.803)
Treinamento	(272)	(424)
Estagiário	(6)	(14)
Total	(31.715)	(61.514)

25 Despesas administrativas

	2º Sem	2014
Despesas de Água, Energia e Gás	(271)	(477)
Despesas de Aluguéis	(13.152)	(23.688)
Despesas de Comunicações	(2.145)	(4.315)
Despesas de Manutenção e Conservação	(732)	(1.423)
Despesas de Material	(363)	(778)
Despesas de Processamento de Dados	(1.390)	(2.511)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(408)	(468)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.784)	(2.951)
Despesas de Publicações	(27)	(101)
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	(10.098)	(17.592)
Despesas de Prestação de Serviço	(298)	(549)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(4.659)	(10.081)
Despesas de Transportes	(12.697)	(23.960)
Despesas de Viagens	(488)	(969)
Despesas de Amortização e Depreciação	(4.668)	(9.025)
Outras Despesas Administrativas	(668)	(1.312)
Total	(53.847)	(100.198)

26 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	2014
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e depois das Participações nos Lucros.	21.404	44.814
Encargos à alíquota nominal vigente	8.585	17.925
Adições / (Exclusões)	2.132	3.032
Provisão para contingências	392	401
Provisão para pagamentos	990	1.713
Outras	751	918
Imposto de Renda corrente	5.631	11.534
IRPJ (15%)	3.530	7.177
Adicional (10%)	2.330	4.737
Incentivo Fiscal - PAT	(223)	(374)
IR a Compensar	(6)	(6)
Contribuição Social Corrente	3.477	7.123
Imposto de Renda e Contribuição Social total	9.108	18.657

Em 31 de dezembro de 2014 não houve saldo de crédito tributário não constituído.

27 Remuneração da administração

Definição da alta direção: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos os integrantes da diretoria do Conglomerado.

Política: O Conglomerado possui uma política global de remuneração dos membros da diretoria, composta por parcelas fixas, definido em assembleia.

	2014
Proventos	4.272
Benefícios	775
Encargos sociais	761
Total	5.808

Outras informações: (1) Conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre membros da diretoria e Conglomerado. (2) O Conglomerado não possui nenhum benefício no que se refere à plano de previdência estendida aos seus administradores.

28 Partes relacionadas

1. Objetivo

A Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política”) tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, preservando a transparência do processo e alinhando os interesses do Conglomerado às práticas de governança corporativa.

2. Definição de Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução no 3750, de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas são as seguintes: SACS Administradora de Cartões S/A e Tihum Tecnologia Ltda.

3. Formalização de Transações com Partes Relacionadas

A diretoria executiva do Conglomerado atua de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

- sejam celebradas por escrito, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características, especialmente a forma de contratação (preço global, preço unitário ou prestação de serviços por cobrança de percentual de administração), preços, prazos, garantias de prazo de execução e de qualidade, impostos e taxas, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades;
- sejam realizadas em condições de mercado ou, quando não haja parâmetro de mercado, de negociações assemelhadas anteriores;
- sejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras, nos prazos e conforme regulamentação em vigor.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

31/12/2014

	Ativo / (Passivo)
SACS Administradora de Cartões S/A.(1)	(78.569)
	Receita / (Despesa)
Tihum Tecnologia Ltda.(2)	(5.237)
SACS Administradora de Cartões S/A. (3)	223

- (1) Refere-se a Depósito em Moeda Estrangeira no País registrado na rubrica de “Depósitos em Moedas Estrangeiras” e às cargas dos cartões VTM em Moedas Estrangeiras, registrado na rubrica de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio.
- (2) Refere-se a acordo de compartilhamento de custos entre empresas do grupo que encontra-se registrado na rubrica de “Despesas Administrativas - Despesas com Processamento de Dados”.
- (3) Refere-se ao repasse de débito recebido pela SACS S.A. e comissão (Acordo Operacional com a Corretora).

29 Outras informações

- (a) A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973/14, de 13 de Maio de 2014 e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração e de seus consultores não foram identificados impactos relevantes decorrentes da Lei nº 12.973/14 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (b) Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de obrigações sociais e estatutárias apresentava um saldo de R\$ 6.066 referente à provisão de férias, distribuição de lucros a pagar e Bônus a pagar.
- (c) Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de “Outras Provisões” apresentava o saldo de R\$ 10.405 referente a Contas a Pagar de R\$ 5.965, PLR de R\$ 355 e Outros de R\$ 4.086.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de despesas tributárias apresentava o saldo negativo de R\$ 11.102, referente a tributos municipais e sobre faturamento. E R\$ 5.782 no segundo semestre de 2014.

30 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A Travelex Limited adquiriu os 51% restantes do Grupo Confidence em 07 de janeiro de 2015 assumindo o controle acionário conforme Carta Bacen.